

BOLETIM DE PESQUISA NELIC

Vº 9 - Nº 14

Arquivo

DEVOLVENDO A GUERRA CORTÊS

George França

A GUERRA CORTÊS

Roger Caillois

Devolvendo A guerra cortês

Os primeiros ecos de Roger Caillois no Brasil remontam, segundo Raúl Antelo, à viagem de Flávio de Carvalho a Praga, em 1934, que resulta, um ano depois, na publicação de uma série de entrevistas na imprensa paulista, na qual Caillois se faz presente. Três anos mais tarde inicia a experiência do Collège de Sociologie e da revista *Acéphale*, em cujo último número, de junho de 1939, Bataille publica *A ameaça da guerra*. Pode-se dizer que, como um desdobramento dessas reflexões, depois do périplo sul-americano de Caillois (que vai para a Argentina a convite de Victoria Ocampo, mas também trava contato com intelectuais brasileiros em viagens eventuais), surge, em junho de 1953, no número 31 da revista *Anhembi*, dirigida por Paulo Duarte, o texto que ora se recupera neste número do *Boletim de Pesquisa NELIC: A guerra cortês*. Bataille, levando a cabo a ideia de transvaloração dos valores da filosofia nietzscheana, pensa o combate como a própria vida, definida por Nietzsche como choque entre vontades de potência, afirmando que o valor de um homem depende de sua força agressiva. Essa força seria, pois, uma maneira de

sair da lógica sucessiva e acumulativa da forma, uma vez que não lê a guerra como fruto de uma ideologia (ainda que belicista – vide a pregação futurista sobre a guerra como “única higiene do mundo”), mas percebe que as ideologias é que são reduzidas ao simples papel de meios de combate, de tal sorte que uma guerra ultrapassa, em todos os sentidos, todas as palavras que forem pronunciadas para justificá-la ou combatê-la. Em outras palavras, a guerra é o silêncio mais absoluto, o indizível, o neutro sobre o qual Blanchot escreverá, mais adiante, recorrentemente, como forma de definir a arte para além (*au-delà*) da representação e da comunicação (sem no entanto pensá-la em termos de transcendência, uma vez que o *pas* de que fala nos faz ouvir, a um só tempo, o “passo” e o “não”, ou seja: dá-se um passo além mas não há uma dimensão redentora ou progressiva nesse gesto). Casa-se à discussão da guerra, em Caillois, o emprego de noções de cortesia que remontam ao pensamento do retórico barroco Baltasar Gracián (o qual permeia a discussão apesar de não ser citado literalmente, e toca também a Benjamin). Podemos, então, aventar que quando Caillois escreve sobre a guerra, mesmo com todas as divergências que ele mantinha com Bataille, está

propondo justamente um para-além da representação. Não é descabido, portanto, dizer que esse texto de Caillois sobre a guerra que ora se resgata de *Anhembi* é parte do que, em *Babel* (1948), o próprio Caillois chamaria de “pós-literatura”.

George França

A GUERRA CORTÊS

A guerra oscila entre a caça e o torneio, entre o massacre e o esporte. O elemento de rivalidade, que lhe é essencial, tanto a orienta para o atentado como para o duelo. Uma sociedade de tipo feudal dividida em senhorias praticamente autônomas, em que uma casta privilegiada se reserva a profissão das armas, favorece eminentemente esta segunda tendência: a guerra surge então como uma luta regulamentada com todos os caracteres convencionais do jogo. Tende a desenvolver-se conforme leis estritas dentro de um tempo e de um espaço limitado. Além disso, não se visa a morte nem o aniquilamento do adversário, mas apenas que reconheça a sua derrota.

Tal tendência surge muito cedo: o uso da declaração de guerra é um sintoma incontestável. Por esse aviso solene, o agressor renuncia à vantagem da surpresa, capital nos encontros primitivos, que são antes armadilhas do que batalhas. Já agora, convoca-se o inimigo para um embate, com as mesmas armas e possibilidades. No México, a declaração de guerra é acompanhada de presentes. Envia-se, ao partido

Publicado em São Paulo, na revista *Anhembi*, ano III, v XI, n. 31, de junho de 1953, o texto *A guerra cortês*, de Roger Caillois não obteve créditos de tradução na revista.

A revista *Anhembi* faz parte do acervo de periódicos do NELIC – Núcleo de Estudos Literários e Culturais, UFSC.

adverso, armas, roupas, alimento, em quantidade simbólica: a honra impede que se combata um adversário desprovido. Viram-se indígenas na Austrália oferecer armas aos europeus a quem iam atacar. Os Ba-Mbalas estabelecem um dia e um local para a batalha: limpa-se o terreno e determinam-se cuidadosamente os métodos de combate. Muitas tribos da América do Norte observavam usos análogos. Os Gannawaris da Nigéria deixam passar um prazo de três dias entre a briga e as hostilidades: é o tempo que se chama do "aguçamento da faca". Entre os Maoris o costume do aviso prévio é geral. Além disso, nunca atacam um inimigo adormecido, concedem tréguas e, vitoriosos, chamam pelo nome certos guerreiros de categoria os quais, se responderem, serão tratados como hóspedes e não como prisioneiros¹. Em Madras, os Khonds deixam aos adversários o tempo de invocar o deus da guerra, e fazem o mesmo por seu lado². Por vezes, sobretudo na Malásia, envia-se uma embaixada portadora de objetos falantes destinados a informar o

¹ Tragear, "The Maori Race", pp. 155, 344-347. [N. A.]

² Farrer, "Savage and Civilized Warfare", Journ. Of Anthropol. Inst. IX, pág. 362. [N. A.]

adversário das queixas que se têm contra ele, das armas que se usarão para vencê-lo, do tratamento que lhe é destinado: uma pluma anuncia a rapidez da invasão, um feixinho de palha ou um pedaço de pau calcinado indicam que haverá incêndio, uma faca de bambu, que se cortarão as gargantas³.

Quanto mais requintada e aristocrática a cultura, mais legalizado será o combate. Na Índia bramânica, onde a divisão da ordem social em sacerdotes, guerreiros e terceiro-estado é das mais rígidas, as leis da guerra são rigorosamente codificadas. As leis de Manou proíbem o uso de armas pérfidas tais como bastões contendo estiletos agudos, flechas farpadas ou envenenadas, setas inflamadas. Enumeram os casos em que o guerreiro digno do nome deve conter o braço: "que não golpeie um inimigo a pé estando ele próprio num carro, nem um homem afeminado, nem o que juntar as mãos para pedir misericórdia, nem o que estiver com os cabelos despenteados, nem o que estiver sentado, nem o que disser: sou teu prisioneiro, nem um homem adormecido, nem o que não tiver couraça, nem o que estiver nu, nem

³ Maurice R. Davie, pp. 432-433. [N. A.]

o desarmado, nem o espectador que não tomar parte no combate, nem o que estiver às voltas com outro, nem o que tiver a arma quebrada, nem o que estiver abatido pela dor, nem o gravemente ferido, nem um covarde, nem um fugitivo"⁴. Na China, o formalismo chega ao ponto de fazer da guerra antes uma justa de prestígio do que um combate verdadeiro. Somente os guerreiros de alta categoria podem afrontá-la: curvam-se perante um grão-senhor mais alto, trocam cortesias, víveres, mensagens fixam a hora da luta. Um nobre não pode matar mais de três fugitivos, e deve arremessar a flecha de olhos fechados para deixar o destino agir. Não se perseguem os fugitivos além de cem passos. Em compensação, deve o guerreiro expor-se corajosamente, roçar com a ponta do seu estandarte os redutos inimigos, ou contar, com o seu bastão, as tábuas da porta do adversário. Os embates não são muito mortíferos. São antes trocas de bravatas, de desafios, de homenagens, de sortilégios, de cortesias que obrigam e de generosidades eficazes: "Bem menos que um choque de armas, observa Marcel Granet,

⁴ "Manava Dharma Sastra", VII, 90-93, Trad. Loiseleur-Deslongchamps, Paris, 1833, pp. 225-226. [N. A.]

é um torneio de valores morais, é um encontro de honras que se medem", sendo o objetivo "qualificar-se desqualificando os outros". O duque Siang de Song espera que o exército de Tch'ou atravesse o rio a fim de lhe dar batalha. Aconselham-no a aproveitar a passagem para atacar o inimigo, superior em número. Ele recusa-se. Incitam-no a não esperar que os outros se ponham em ordem de batalha. Ele recusa de novo. É derrotado. Responde: "Um verdadeiro chefe não busca esmagar um adversário no infortúnio. Não toca o tambor enquanto as fileiras não estão formadas". É verdade que lhe retrucam que somente o êxito é meritório.

No mesmo espírito o "Tso tchouan" afirma: "Não recolher os mortos e feridos é inumano. Não esperar o momento combinado, apertar o inimigo numa passagem perigosa é covarde". A guerra acaba por tornar-se, estranhamente, uma escola de moderação: não se procuram nem lutas de morte nem vitórias decisivas. Não se humilha o vencido. Ao contrário, busca-se confortá-lo. O seu desespero assusta o vencedor. Tch'ou em 593 sitia Song. Os sitiados chegam a comer as crianças e a queimar os ossos dos mortos. Tch'ou, informado, assustasse e apressa-se em conceder-lhes uma paz honrosa.

A guerra é sempre má. "É, com relação ao povo, o equivalente de uma enfermidade violenta com relação ao corpo". Deve-se sempre procurar a paz, isto é, a cura. Se-Ma, originário de Tsi e que vivia sob os Tchéou, regulamentou a guerra num tratado memorável. As Cinco Virtudes Fundamentais são a humanidade, a justiça, a ordem, a prudência e a retidão. Precisam do apoio e da proteção da autoridade. Esta, para garantir-se, defender-se ou vingar-se, recorre à guerra. Mas não poderia fazê-lo senão subordinando-se às virtudes fundamentais: tomando a humanidade por princípio, a justiça por objeto, a retidão por regra. "Não se deve querer senão o que é legitimamente devido, desejá-lo somente porque é devido, e não o exigir senão como é devido".

É proibido empreender uma guerra sem razão ou sem ter esgotado os meios de mediação pacífica. As operações são interditadas "fora de estação", isto é, durante as sementeiras, as colheitas, os grandes lutos, as calamidades e epidemias ou, "quando pelas intempéries ou pelas perturbações das estações, a terra, seja do vosso lado seja do lado do inimigo apenas, recuse aos homens os seus dons mais comuns".

Em princípio a guerra nunca se faz senão para

livrar o povo das exações de um chefe indigno. O Imperador chama-o à ordem, tomando o cuidado de não o irritar: fá-lo cantar composições nas quais, "sob o nome de algum príncipe suposto, são censurados todos os erros de que se pretende corrigir o culpado". Depois convoca-o, admoesta-o. Por fim, se a guerra se torna inevitável, o Imperador lhe fixa os limites e lhe proclama solenemente as leis. Porá fim à luta assim que puder, pois lembra-se que a guerra deve ser curta e sem animosidade e que é sempre superior não fazer a guerra. Na antiguidade, afirma Se-Ma (e por definição tudo o que é antigo é excelente), "chegava-se mesmo a renunciar ao combate, por mais adiantados que estivessem os preparativos e por mais favorável que fosse a ocasião, se, por meio de um artifício ou outro método qualquer, se conseguisse reconduzir os rebeldes ao dever; e essa vitória era reputada a mais gloriosa, por ser a vitória própria da justiça e o triunfo da humanidade"⁵.

Nada nos pode dispensar do dever de

⁵ "Art Militaire des Chinois", ou coletânea de antigos tratados sobre a guerra compostos antes da era cristã por diferentes generais chineses. Traduzido em francês pela P. Amiot, Paris, 1772, pp. 230-234, 236-240, 246. [N. A.]

humanidade, mesmo para com o inimigo. Sunt-Tsé dá o exemplo seguinte: "Alguns soldados do Reino de Ou encontraram-se um dia atravessando um rio ao mesmo tempo em que o atravessavam outros soldados do Reino de Yue; um vento impetuoso soprou, os barcos viraram e os homens teriam perecido se não se tivessem auxiliado mutuamente; não pensaram, então, que eram inimigos, ao contrário, trocaram todos os serviços que se podiam esperar de uma amizade terna e sincera. Relembro esse trecho de história para fazer-vos compreender que não somente os diferentes corpos do vosso exército devem socorrer-se mutuamente mas ainda que deveis socorrer os vossos aliados, e mesmo prestar ajuda aos povos vencidos que o necessitam; pois, se estiverem subordinados a vós, é porque não o puderam evitar; se o seu Soberano vos declarou guerra, não é culpa deles. Prestai-lhes serviços, chegará a vez de vos prestarem eles também os seus"⁶.

No Japão, as regras do Bushido obrigam os nobres a uma conduta análoga. O príncipe Kenshin está em guerra com o príncipe Shingen, privado de sal por um

terceiro. Kenshin envia-lhe uma grande quantidade dessa substância: "Não luto com o sal, disse ele, mas com a espada".

Na Europa, desde a Idade Média até o fim do século XVIII, o mesmo tipo de sociedade, a mesma corrente cavalheiresca chegam, senão à mesma humanidade, ao menos a idêntico formalismo: a estratégia subordina-se às regras da honra cortês.

Em Crécy, em 1346, o rei de França deixa a Edouard Plantagenet a escolha do dia e do lugar de combate. Em 1415, em Azincourt, Henri V passou pela aldeia onde devia pernoitar. Ora, acabava de ordenar que os cavaleiros enviados para reconhecer o terreno abandonassem a cota de malhas a fim de não parecer que recuavam de armadura. Ele próprio estava revestido da cota de malhas. De modo que decidiu passar a noite onde se achava e modificou, em conseqüência, o dispositivo do seu exército.

Ele havia publicado o regulamento seguinte: "Homem algum, seja quem for, terá a ousadia de penetrar no quarto ou aposento de uma parturiente para roubá-la ou pilhar os víveres que a ela pertencem, nem lhe causará nenhum susto que possa pô-la doente ou em

⁶ Ibid., p. 137. [N. A.]

perigo a ela ou à criança... Homem algum, seja quem for, ousará apoderar-se sem pagamento ou contra a vontade do dono, da carroça, do cavalo, do boi ou de qualquer animal doméstico pertencente ao homem que lavra ou que revolve a terra... Homem algum, seja quem for, destruirá a habitação para queimá-la, tão pouco destruirá macieiras, ou pereiras ou nogueiras ou outra árvore frutífera qualquer"⁷.

O emprego de armas de arremesso é mal visto. O concílio de Latrão (1339) lança um anátema contra os que se servem de arcos ou de bestas, a menos que seja contra os Infiéis. Na batalha de Brémule em que Henri I da Inglaterra bateu Luís VI de França, contam-se 140 prisioneiros e 3 mortos. A razão nos é dada por Odéric: "As malhas que os protegiam da cabeça aos pés, o temor que tinham de Deus e o fato de virem mantendo há tempo relações de camaradagem mútua, fizeram que não houvesse massacre".

Em Crécy, a cavalaria francesa foi dizimada pelo arco gaulês, de 2 metros de comprimento, com um

⁷ H. Nicolas, Azincourt, 1833, apêndice 31. Citado por Fuller: "L'Influence de l'armement sur l'histoire", trad. franc., Paris, 1948, p. 73. [N. A.]

alcance de 200 e capaz de atravessar duas espessuras de malhas. É uma arma de camponeses cuja eficácia os senhores ingleses foram os primeiros a verificar à sua própria custa, combatendo contra os seus próprios servos. Os franceses consideram o seu uso um insulto pessoal. Recusam-se a adotar uma arma dessas, embora decisiva, e preferem continuar a sofrer derrotas e mortes. A flecha passa por uma arma da canalha e dos covardes: é arremessada estando o flecheiro ao abrigo, e ninguém sabe onde vai parar. Já em Plutarco, o espartano Arquidamos, examinando uma arma de arremesso trazida da Sicília, exclamara: "Ó Hércules, acabou-se a coragem".

A invenção das armas de fogo provoca uma resistência tenaz. A fórmula da pólvora é conhecida desde o século IX: é a 32.^a (salitre, carvão e enxofre) do "Livro dos fogos", de Marcus Graecus. Mas não é utilizada até o século XV. Inocêncio III proíbe o uso do arcabuz. Ariosto, Milton, Shakespeare consideram-no uma desonra e um crime. "Don Quichote" [sic] (I, II, 2) contém um requisitório motivado contra as armas de fogo, que permitem "ao covarde e vil matar o mais valente dos cavaleiros... Uma bala perdida, vinda não se

sabe de onde, atirada não se sabe bem como por um homem que fugiu assustado pela chama de sua arma infame, pode num instante pôr fim aos projetos mais grandiosos".

O "condottiere" Gian Paolo Vittelli, que morreu em 1499, Bayard, morto em 1524 exatamente de um tiro de arcabuz, mostravam-se sem piedade para com os que usavam as novas armas: executavam-nos incontinenti ou lhes arrancavam os olhos e cortavam os pulsos.

Entretanto, as batalhas não são mortíferas: acontece de não se perder nem um homem nem um cavalo. A guerra é um negócio que se faz por contrato, por empreitada. Os mercenários batem-se molemente e desertam na primeira oportunidade, as batalhas dos "condottieri" são freqüentemente simulacros. Maquiavel cita uma batalha de quatro horas entre dois exércitos de 20.000 homens em que se conta um morto apenas, e ainda assim, devido a uma queda do cavalo.

As guerras dizem por vezes a população civil, mas não fazem muitas vítimas entre os combatentes: os nobres poupam-se; o ideal é fazer prisioneiros, mais que exterminar o adversário. Cobra-se resgate aos cavaleiros. Compram-se mercenários. O estilo de guerra

muda aos poucos: as cimeiras, os elmos, os escudos, os brasões, os estandartes, as cores, as divisas, os gritos, aproximam o combate sangrento, do cerimonial dos torneios de cavalaria. Porém, na liça ou no campo de batalha, o protocolo e a moral permanecem idênticos: o respeito das convenções funda o prestígio ligado à façanha. Uma façanha é uma ação corajosa e difícil cumprida segundo um código, arbitrariamente estabelecido, que reduz em grande parte a livre iniciativa do herói. Emulação e legislação constituem os dois pólos desse estranho concurso. Trata-se de ser o melhor dentro de certos limites. A guerra continua o jogo, exalta-lhe os elementos fundamentais: o campo fechado, as regras, a rivalidade. Em última análise, apenas a morte os distingue, embora não se morra nos torneios senão por acidente, e embora os cavaleiros raramente morram na guerra. Os efetivos são reduzidos; os encontros, mais confusos que sangrentos, e, ao primeiro sinal de fraqueza do inimigo, considera-se a batalha ganha, e ele próprio dá-se por vencido e retira-se do terreno.

Os interesses em jogo permanecem medíocres, as paixões, inexistentes. A opinião não se interessa nem

pelas peripécias nem mesmo pelo êxito dos conflitos. Registram-se inúmeras e importantes inovações entre a Renascença e o fim do século XVIII. Nenhuma modifica essencialmente a natureza da guerra, que permanece um conflito limitado, em que não se perde de vista a importância afinal reduzida do objeto da contestação; isso determina com bastante exatidão a amplitude dos meios e dos recursos que se pretende expor para ganhar a partida. Jamais obstinação, furor nem falta de medida (a não ser em casos de fanatismo). Os ministros da guerra formam soldados que devem ser excelentes, que são custosos, raros, difíceis de reter, e que devem ser mantidos vivos o mais tempo possível.

Cortesia, moderação, formalismo, gosto do combate singular em que os adversários rivalizam em bravura e generosidade, não constituem, aliás, senão o aspecto nobre da guerra. Tamanha civilidade não impede de modo algum os assassínios, as violações, as pilhagens e os incêndios. O cavaleiro procura fazer uma presa e, assim que o consegue, arrasta-o fora da luta para pô-lo em segurança, pois o prisioneiro nobre é uma fonte de lucro. Mas mata-se o palafrenero, o ordenança, o mercenário, ou então mutila-se, para torná-lo incapaz

de serviço militar. Vive-se à custa dos vencidos, e, uma vez que se entra numa terra conquistada, não há horror que não se cometa. Massacres de camponeses são ocorrências comuns, e incêndios de aldeias e furto de gado. Sabe-se o que eram os saques das cidades. Porém tais excessos recaem somente sobre os aldeões, campônios ou burgueses, que não entram no jogo e contra os quais o oficial nobre, que os despreza, permite que se desencadeie o furor do soldado. De um modo geral, como observa Clausewitz, não se destrói o inimigo, castiga-se, isto é, queimam-se-lhe as colheitas e as casas. A guerra cortês também reflete e sublinha as estruturas sociais, mantendo-as e acentuando-as. As suas leis, tão delicadas, não têm sentido senão entre pessoas do mesmo nível e da mesma cultura, criadas nas mesmas convenções e que fazem questão de respeitá-las. O povo fica de fora. Não digo os estrangeiros, mas os que vivem segundo outros costumes, afiguram-se bárbaros aos outros. Verifica-se maior solidariedade entre inimigos da mesma casta do que entre compatriotas de classes diferentes. Em Froissart, Filipe VI de Valois ordena aos seus cavaleiros que abram caminho através da sua própria infantaria: "...

Matai toda essa canalha, que nos impede a passagem sem razão".

As populações primitivas distinguem por vezes duas espécies de guerras: a guerra regulamentada que põe frente a frente os diversos clãs de uma tribo: guerra formal e pouco mortífera, próxima do jogo; e a guerra exterminadora sem limites nem tréguas, que pode surgir da primeira, mas que só se faz contra um povo ou comunidade desconhecida. Igualmente, ao lado das justas nobres em que se enfrentam os feudatários do Império, existem guerras implacáveis feitas pela China aos bárbaros das fronteiras. Estes são considerados de natureza igual à dos bichos e dos demônios. De modo que todos os meios são lícitos para exterminá-los. Mais tarde, são eles incorporados aos exércitos das províncias. A natureza da guerra transforma-se em pouco tempo: as lutas entre os Reinos combatentes são rudes e cruentas. Já não são simples rivalidades de prestígio. É o choque de nações inimigas. No século XVI, na Europa, os lansquenets também distinguem "a boa guerra", em que se busca fazer prisioneiros na esperança de um resgate, e "a má guerra", em que não se concedem tréguas, como a que se faz, por exemplo, contra os suíços. Recorre-se

então à astúcia e à violência. Desta vez, o objetivo é destruir o adversário. O massacre torna-se frequente e desenvolve-se uma moral de força que substitui os usos cavalheirescos outrora em vigor.

Somos aliás obrigados a admitir que as regras cortesias não representam senão um ideal: elas equilibram e contêm imperfeitamente o desejo de vencer. Estão sempre em perigo e subsistem apenas enquanto as circunstâncias são favoráveis: a independência dos feudos, a solidariedade que os une para além de suas incessantes disputas, a avareza dos "condottieri" alugados para alguma expedição e para quem a guerra é uma empreitada, feita sem ódio nem entusiasmo por um pessoal oneroso que convém poupar. Quando o Estado por fim mantém exércitos permanentes, não quer dizer - longe disso - que a guerra comprometa os recursos da nação. É apenas um meio de pressão do governo. Praticamente os efetivos são dados e mantidos desde o início, não se podem aumentar no decurso do conflito. De modo que convém não arriscar as forças na medida do possível. É considerado loucura expor aos acasos de uma batalha o capital certo que representa um exército adestrado. Além disso, considera-se que existe um limite

normal de efetivos que seria mais nocivo que proveitoso ultrapassar: 30.000 homens para Montecuculli, 40.000 para Maurice de Saxe; 50.000 para Turenne, 80.000 para Puységur. Não se acredita na superioridade numérica. Clausewitz cita exemplos de batalhas perdidas porque o comando não empenhou todas as forças disponíveis. "A guerra - escreve ele - tornou-se assim um jogo verdadeiro em que o tempo e o acaso baralhavam as cartas".

O essencial está em jogar bem, em combinar engenhosamente as manobras de modo a persuadir o adversário que perdeu a partida. De onde a lentidão calculada das operações, os avanços prudentes, as marchas e contramarchas, os sítios de praças fortes, os acampamentos de inverno etc. A habilidade é tão apreciada que o mero desejo de vencer é considerado a um tempo grosseiro e temerário. Dá-se batalha - o inimigo aceita ou recusa - e fazem-se os preparativos como para uma revista. É uma espécie de parada que se realiza num lugar aberto e acessível. Para dar combate, sai-se de um campo fortificado. É de mau tom forçar o inimigo a bater-se: alinham-se conscienciosamente os próprios regimentos, numa ordem fixa, os homens bem enfileirados, ombro a ombro e peito descoberto, a uma

distância suficiente, é verdade, para que o fogo não seja demasiado mortífero. As pelejas constituem assim os intermédios ou entreatos espetaculares a que se recorre para levantar o prestígio do comando, para salvar a honra das armas, para festejar o aniversário do nascimento ou do advento do soberano. Admite-se que o vencedor é o que passa a noite no campo. Compreende-se, assim, a razão por que a fama de estrategista possa caber àquele que sabe evitar o combate e reconduzir o exército intacto no fim da campanha. Maurice de Saxe, cuja autoridade é grande em matéria de ciência militar, escreve: "Não sou pelas batalhas, sobretudo no início de uma guerra. Estou mesmo convencido de que um bom general pode guerrear a vida inteira sem se ver obrigado a isso".

Igualmente, Joly de Maizeroy: "A ciência da guerra não consiste somente em saber lutar, porém ainda mais em evitar o combate, em escolher os postos, em dirigir as marchas de modo a chegar ao objetivo sem se comprometer... a não dar batalha senão quando se torna indispensável". E Massebach, fazendo o elogio de Henrique de Prússia: "Ele soube atrair a sorte por meio de marchas ousadas; mais feliz que César em Dyrrachium, maior que Condé em Rocroi, conseguiu, como o imortal

Berwick, a vitória sem luta". O chinês Sun-Tsé e o prussiano Bulow exprimem-se em termos curiosamente idênticos para taxar de inábil o general reduzido a dar batalha. "Der Geist des neueren Kriegssystem" sai em 1799. Tem-se a impressão de que o autor cuidou mais de meditar sobre as traduções do P. Amiot que de observar as guerras da Revolução. Mas não se trata disso. É apenas o último teórico do Velho Regime. Em 1799, Napoleão já mostrara o que valia nas campanhas da Itália e Clausewitz, com 19 anos. Faz-se guerra a um exército, não a uma nação. Teoricamente o objetivo é a captura de um chefe inimigo. De fato, a menor vantagem satisfaz, pois a guerra não é outra coisa senão uma "diplomacia reforçada, um modo mais enérgico de negociar". Os tratados de paz exigem o desmantelamento de algumas fortalezas, no máximo a cessão de uma província. Não obrigam o adversário a se reconhecer culpado, pois a guerra jamais foi feita em nome da justiça e do direito. No fim do século XVIII tudo se transforma: a guerra deixa de ser uma questão de especialistas hereditários, ciosos das formas, uma contestação de escopo limitado em que alguns batalhões medem cerimoniosamente as forças. Já agora, apresenta-se como o choque em que duas nações

tendem cada vez mais a afrontar a totalidade dos seus recursos em homens, em bens e em energia.

Duas datas próximas marcam essa mudança: a Independência Norte-Americana e a Revolução Francesa. Os regimentos ingleses enviados além-Atlântico encontram uma milícia nacional que luta com paixão pela liberdade e posse do solo. Os rebeldes transformam-se em atiradores, utilizando os estratagemas dos índios, e abrigando-se por trás das árvores para fazer pontaria e atirar: pela primeira vez, um exército convencido, móvel e mortífero.

Quanto à Revolução Francesa, foi a primeira a identificar o cidadão, o patriota, o republicano, o voluntário e o recruta. Estabelece a conscrição e dispõe assim de uma reserva de homens quase ilimitada cuja massa turbulenta e sem número espanta os regimentos mecânicos de efetivos contados. Já agora a guerra, ou pelo menos o serviço militar obrigatório e a devoção à pátria são considerados a fonte e a garantia do civismo: "que a juventude, escreve Saint-Just em 1791, em vez de desperdiçar a vida entre as delícias e o vício ocioso das capitais, espere no exército de linha a época da sua maioridade; que somente após quatro anos de exército se

possa adquirir o direito de cidadão: vereis em breve a mocidade mais séria, e o amor da pátria transformado numa paixão pública". Com efeito, pouco depois temos o discurso de Barère à Convenção, a 22 de janeiro de 1794: "as guerras dos reis não passam de torneios sangrentos. Mas na guerra da liberdade, só existe um meio, é exterminar os déspotas". São igualmente as instruções de Carnot: "Regra geral: agir em massa e ofensivamente. Combater em qualquer ocasião à baioneta. Dar grandes batalhas e perseguir o inimigo até a sua inteira destruição total". Finalmente temos o decreto de Prairial, ano II, cuja aplicação foi impedida graças a instruções discretas do "Comité de Salut Public", para maior honra da República, e segundo o qual não se deveriam mais fazer prisioneiros ingleses ou hanoverianos, isto é, seriam massacrados todos os que se rendessem.

Sem dúvida, segundo a fórmula de Goethe em Valmy, uma nova era começava, a da igualdade perante a lei, cujo preço terrível seria a guerra hiperbólica.

Roger Caillois